

STJ00099167

LUCIANO FERRAZ
MARCIANO SEABRA DE GODOI
WERTHER BOTELHO SPAGNOL

CURSO DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Belo Horizonte



2014

© 2014 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virgínia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrcio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Marcelo Belico
Revisão: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Bibliotecária: Tatiana Augusta Duarte de Oliveira – CRB 2842 – 6ª Região
Capa e projeto gráfico: Walter Santos
Diagramação: Reginaldo César de Sousa Pedrosa

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

C977 Curso de direito financeiro e tributário / Luciano Ferraz; Marciano Seabra de Godoi; Werther Botelho Spagnol. – Belo Horizonte : Fórum, 2014.

424 p.
ISBN 978-85-7700-943-5

1. Direito financeiro. 2. Direito tributário. I. Ferraz, Luciano. II. Godoi, Marciano Seabra de. III. Spagnol, Werther Botelho.

CDD: 341.38
CDU: 347.73

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERRAZ, Luciano; GODOI, Marciano Seabra de; SPAGNOL, Werther Botelho. *Curso de direito financeiro e tributário*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 424 p. ISBN 978-85-7700-943-5.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
-------------------	----

PARTE I

DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1

ESTADO E ATIVIDADE FINANCEIRA.....	21
1.1 Estado e finanças públicas.....	21
1.2 Perspectiva histórica da atividade financeira do Estado.....	23
1.3 Aspectos gerais das finanças públicas brasileiras – Evolução recente e situação atual.....	26
1.3.1 Carga tributária brasileira e comparações internacionais.....	26
1.3.2 Composição da carga tributária brasileira por campos de incidência. Comparação internacional.....	26
1.3.3 Divisão da carga tributária entre os entes federativos – Antes e depois das transferências intergovernamentais. Influência da Constituição de 1988 e da guerra fiscal (ICMS) entre os Estados.....	27
1.3.4 Composição da carga tributária por espécies de tributo (contribuições x impostos).....	28
1.3.5 Endividamento do Estado brasileiro e pagamento de juros. Evolução recente e sua relação com as metas de superávit primário e o aumento da carga tributária. Comparações internacionais.....	29
1.3.6 Perfil dos gastos públicos brasileiros e sua evolução recente.....	31
1.3.7 As finanças públicas pós-1988 e sua contribuição para a persecução dos objetivos fundamentais da República (art. 3º da Constituição).....	33

CAPÍTULO 2

DIREITO FINANCEIRO. VISÃO GERAL.....	37
2.1 Direito financeiro e Constituição.....	38
2.1.1 Federalismo cooperativo e competências para legislar sobre direito financeiro.....	38
2.2 Direito financeiro e legislação infraconstitucional.....	39
2.2.1 Lei nº 4.320/1964.....	39
2.2.2 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	40
2.3 Princípios do direito financeiro.....	41
2.3.1 Princípio da legalidade.....	41
2.3.2 Princípio da economicidade.....	42
2.3.3 Princípio da transparência.....	43
2.3.4 Princípio da gestão fiscal responsável.....	44

CAPÍTULO 3

DESPESAS PÚBLICAS	45
3.1 Considerações gerais	45
3.2 Classificações	46
3.2.1 Despesas ordinárias e extraordinárias	46
3.2.2 Despesas orçamentárias e extraorçamentárias	46
3.2.3 Despesas correntes e despesas de capital	47
3.2.3.1 Despesas correntes	47
3.2.3.2 Despesas de capital	48
3.3 Estágios da despesa pública	50
3.3.1 Empenho	51
3.3.2 Liquidação	53
3.3.3 Ordenamento	54
3.3.4 Pagamento	55
3.3.4.1 Regime de adiantamento de despesa	56
3.4 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	57
3.4.1 Requisitos para geração de despesas	58
3.4.1.1 Criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental	59
3.4.1.2 Despesas obrigatórias de caráter continuado	61
3.4.2 Despesas de pessoal	62
3.4.2.1 Conceito de despesa com pessoal	62
3.4.2.2 Limites globais e específicos de gasto com pessoal	64
3.4.2.3 Respeito aos limites com despesa de pessoal	65
3.4.3 Despesas com seguridade social – Art. 24 da LRF	67
3.4.4 Transferência voluntária – Art. 25 da LRF	67
3.4.5 Destinação de recursos públicos para o setor privado – Art. 26 da LRF	69

CAPÍTULO 4

RECEITAS PÚBLICAS	71
4.1 Considerações gerais	71
4.2 Evolução histórica e métodos de obtenção das receitas públicas	72
4.3 Classificações	73
4.3.1 Receitas originárias e derivadas	73
4.3.2 Ingressos e receitas públicas	73
4.3.3 Classificação legal das receitas públicas – Lei nº 4.320/1964	75
4.3.3.1 Receitas orçamentárias e extraorçamentárias	75
4.3.3.2 Receitas correntes e receitas de capital	75
4.4 Estágios da receita pública	76
4.4.1 Previsão	76
4.4.2 Lançamento	77
4.4.3 Arrecadação (recolhimento)	77
4.5 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	78
4.6 Repartição das receitas tributárias entre os entes federativos	80
4.6.1 Repartição das receitas tributárias da União em prol dos Estados e Distrito Federal	81
4.6.1.1 Imposto sobre a renda retido na fonte	81
4.6.1.2 Imposto residual de competência federal	81
4.6.1.3 IPI – Exportação	82
4.6.1.4 Cide Combustíveis	82
4.6.1.5 IOF Ouro	83
4.6.1.6 Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE)	83
4.6.2 Repartição das receitas tributárias da União em prol dos Municípios	88

4.6.2.1	Imposto sobre a renda retido na fonte	88
4.6.2.2	Imposto Territorial Rural	88
4.6.2.3	IOF Ouro.....	88
4.6.2.4	Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	88
4.6.2.4.1	FPM Capitais.....	89
4.6.2.4.2	FPM Interior.....	90
4.6.2.4.3	FPM Reserva	90
4.6.3	Repartição das receitas tributárias dos Estados em prol de seus Municípios.....	91
4.6.3.1	Cotas-partes do ICMS.....	91
4.6.3.2	Repartição da parcela do IPI recebida pelos Estados	93
4.6.3.3	Repartição do IPVA.....	94
4.6.3.4	Repartição da Cide Combustíveis.....	94
4.6.4	Fundos de desenvolvimento regional	94
4.6.5	FUNDEB e cotas da contribuição do salário-educação	95
4.6.6	Demais regras constitucionais sobre o tema	96
4.7	Participações governamentais e compensações financeiras pela exploração de recursos naturais	97
4.7.1	Previsão constitucional e natureza jurídica.....	97
4.7.2	Espécies de participação no resultado da exploração de recursos naturais	98
4.7.3	Exploração e produção de petróleo e gás natural – Regime regulador misto. Regime de concessão e regime de partilha da produção	99
4.7.4	Participações governamentais na exploração de petróleo e gás natural.....	100
4.7.4.1	Bônus de assinatura	100
4.7.4.2	Pagamentos pela ocupação/retenção de área.....	101
4.7.4.3	<i>Royalties</i> nos contratos sob o regime de concessão. Base de cálculo e alíquota, divisão de sua arrecadação entre os entes federativos e restrições quanto à sua destinação.....	101
4.7.4.4	Nova regra de destinação obrigatória dos <i>royalties</i> para a educação e para a saúde públicas (Lei nº 12.858/2013)	104
4.7.4.5	Participações especiais. Normas de apuração e divisão de sua arrecadação entre os entes federativos.....	104
4.7.4.6	As distorções da divisão dos <i>royalties</i> segundo as Leis nº 7.990 e nº 9.478 e seu agravamento com a exploração dos recursos do pré-sal.....	105
4.7.4.7	Nova divisão dos <i>royalties</i> e participações especiais entre os entes federativos (Lei nº 12.734/2012). Veto presidencial derrubado no Congresso e medida cautelar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, suspendendo os efeitos da nova divisão.....	108
4.7.4.8	<i>Royalties</i> nos contratos de partilha da produção. Vácuo legislativo atual quanto às regras para sua divisão entre os entes federativos.....	109
4.7.5	Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM).....	110

CAPÍTULO 5

CRÉDITO PÚBLICO.....	113	
5.1	Considerações gerais	113
5.2	Sistema de crédito público	114
5.3	Crédito público no Brasil	116
5.4	Considerações sobre endividamento público e classificação da dívida pública	117
5.4.1	Dívida fundada e dívida flutuante	117
5.4.1.1	Precatórios judiciais	118
5.4.1.2	Restos a pagar	120
5.4.1.3	Serviços da dívida a pagar.....	121
5.4.1.4	Depósitos e débitos de tesouraria.....	121

5.4.2	Dívida mobiliária e dívida contratual.....	121
5.4.3	Dívida interna e dívida externa	122
5.5	Crédito público na Lei de Responsabilidade Fiscal	123

CAPÍTULO 6

ORÇAMENTO PÚBLICO.....	127	
6.1	Considerações gerais	127
6.2	Leis orçamentárias	129
6.2.1	Natureza jurídica.....	129
6.2.1.1	Orçamento autorizativo e orçamento impositivo.....	132
6.2.2	Plano Plurianual (PPA).....	133
6.2.3	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	134
6.2.4	Lei Orçamentária Anual (LOA).....	136
6.2.4.1	Elaboração da lei orçamentária	137
6.2.4.1.1	Veto absoluto impeditivo de despesas autorizadas no orçamento.....	139
6.3	Princípios orçamentários.....	140
6.3.1	Princípio da unidade	140
6.3.1.1	Fundos especiais.....	141
6.3.2	Princípio da universalidade	142
6.3.3	Princípio da exclusividade	143
6.3.4	Princípio da anualidade	144
6.3.5	Princípio da vedação de estorno	144
6.3.6	Princípio da programação.....	145
6.3.7	Princípio da clareza.....	145
6.3.8	Princípio da publicidade	146
6.3.9	Princípio do equilíbrio orçamentário	146
6.3.10	Princípio da não afetação	147
6.3.10.1	Repartição do produto de arrecadação de impostos	148
6.3.10.2	Ações e serviços públicos de saúde	148
6.3.10.3	Manutenção e desenvolvimento do ensino	149
6.3.10.4	Realização de atividades da administração tributária.....	149
6.3.10.5	Prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita	150
6.3.10.6	Prestação de garantia ou contragarantia à União por parte dos Estados e Municípios.....	150
6.3.10.7	Programa de apoio à inclusão e promoção pessoal	150
6.3.10.8	Fundo estadual de fomento à cultura	150
6.3.10.9	Desvinculação da Receita da União (DRU).....	151

CAPÍTULO 7

CONTROLE EXTERNO E INTERNO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	153	
7.1	Considerações gerais	153
7.2	Controle das finanças públicas – Perspectiva histórica	153
7.3	Controle das finanças públicas na Constituição de 1988.....	154
7.3.1	Controle externo.....	155
7.3.1.1	Controle parlamentar indireto ou colaborado.....	155
7.3.1.2	Controle pelo Tribunal de Contas.....	157
7.3.1.2.1	Emissão de parecer prévio sobre as contas anuais dos Chefes do Executivo	158
7.3.1.2.2	Julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos (art. 71, II, CR/88)	160
7.3.1.2.3	Registro de atos de admissão, aposentadoria, reforma e pensão.....	163
7.3.1.2.4	Inspecções e auditorias de natureza financeira, orçamentária, patrimonial e operacional.....	164

7.3.1.2.5	Outras atribuições	166
7.3.1.2.6	Controle Interno	169

PARTE II DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1

DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E PODER DE TRIBUTAR		179
1.1	Justificativa atual do poder de tributar	179
1.2	Apontamentos introdutórios à definição legal de tributo.....	180
1.3	Definição legal de tributo.....	184

CAPÍTULO 2

DIVISÃO DO TRIBUTO EM ESPÉCIES.....		185
2.1	Apontamentos para a divisão do tributo em espécies.....	185
2.2	A insuficiência do fato gerador como baliza única para a divisão do tributo em espécies	187
2.2.1	A legitimidade do poder de tributar na conjuntura do Estado Democrático de Direito e a importância da destinação constitucional	187
2.2.2	A importância assumida pela destinação constitucional do produto da arrecadação	189
2.3	Interdependência entre ingressos e gastos públicos – Noção básica para a definição das espécies tributárias	189
2.4	As funções constitucionais específicas dos tributos.....	191
2.4.1	Os distintos objetivos buscados pelo legislador com a imposição dos tributos	192
2.5	Redução do tributo a espécies	192
2.5.1	A identificação da espécie por meio da análise da norma tributária.....	198

CAPÍTULO 3

PERFIL GENÉRICO DOS TRIBUTOS EM ESPÉCIE.....		205
3.1	Impostos	205
3.1.1	Impostos diretos e indiretos	206
3.2	Taxas.....	207
3.2.1	Principais aspectos do regime jurídico das taxas segundo a jurisprudência do STF	208
3.2.2	Taxa e preço público	212
3.3	Contribuições de melhoria.....	215
3.4	Empréstimos compulsórios	216
3.5	Contribuições especiais	217
3.5.1	Contribuições sociais	217
3.5.1.1	Contribuições sociais <i>stricto sensu</i>	217
3.5.1.2	O problema das contribuições sociais <i>lato sensu</i> (contribuições sociais gerais)	219
3.5.2	Contribuições interventivas.....	223
3.5.3	Contribuições corporativas.....	226
3.5.4	Contribuição de iluminação pública	226

TÍTULO II

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO 1

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	229
1.1 Características da competência tributária	229
1.2 Outorga e repartição das competências tributárias	230
1.3 Regras para o exercício das competências tributárias	232
1.4 Observância da lei complementar de normas gerais como condição prévia ao exercício da competência tributária.....	233

CAPÍTULO 2

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER DE TRIBUTAR.....	235
2.1 Limitações constitucionais do poder de tributar no direito brasileiro. Plano de estudo	235
2.2 Legalidade e tipicidade	236
2.2.1 Art. 150, §6º, da Constituição – Uma limitação ao poder de não tributar	239
2.2.2 A legalidade nos impostos regulatórios.....	240
2.2.3 Legalidade tributária e medidas provisórias	241
2.2.4 Legalidade e instituição de tributo por emenda constitucional.....	242
2.2.5 Legalidade e definição do prazo de vencimento da obrigação tributária.....	242
2.3 Irretroatividade	243
2.4 Anterioridade.....	243
2.4.1 Da <i>anualidade</i> ou exigência de autorização orçamentária anual (CF de 1946, Carta de 1967) para o regime da <i>anterioridade</i> da lei tributária (EC nº 1/69, Constituição de 1988).....	244
2.4.2 Anterioridade tributária como garantia individual e cláusula pétreia	245
2.4.3 Anterioridade e medidas provisórias	245
2.4.4 Os atuais regimes jurídicos quanto à anterioridade tributária.....	247
2.4.5 Anterioridade, irretroatividade e a sombria – e persistente – Súmula nº 584 do STF	248
2.4.6 Anterioridade tributária e o que se deve entender por data de publicação da lei – O caso da Lei nº 8.383/1991 e da MP nº 812/1994.....	252
2.4.7 Anterioridade e medidas de prorrogação da vigência de tributos temporários	252
2.4.8 Anterioridade e alteração da data do vencimento da obrigação tributária.....	254
2.5 Igualdade e capacidade econômica	254
2.5.1 Tratamento do tema da igualdade tributária na Constituição de 1988.....	256
2.5.2 Tratamento do tema da capacidade econômica na Constituição de 1988.....	257
2.5.3 Jurisprudência do STF sobre capacidade econômica e progressividade de alíquotas	259
2.5.3.1 RE nº 153.771 (1996)	259
2.5.3.2 RE nº 423.768 (2010)	261
2.5.3.3 RE nº 562.045 (2013)	262
2.5.4 Capacidade econômica e taxas.....	263
2.5.5 Capacidade econômica e capacidade contributiva	264
2.6 Vedação de utilização de tributo com efeito de confisco.....	264
2.7 Vedação de tributos interestaduais e intermunicipais que limitem o tráfego de pessoas ou bens no território nacional.....	266
2.7.1 O pedágio e a jurisprudência do STF	267
2.8 Imunidades	269
2.8.1 Imunidade recíproca.....	269

2.8.1.1	Imunidade recíproca e impostos indiretos.....	271
2.8.1.2	Sentido de “patrimônio, renda e serviços” na jurisprudência do STF	272
2.8.1.3	Imunidade recíproca, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	272
2.8.1.4	Possível alteração da jurisprudência do STF sobre o âmbito da imunidade recíproca e a sujeição passiva no IPTU – RE nº 434.251.....	274
2.8.2	Imunidade dos templos de qualquer culto	275
2.8.2.1	Cemitérios e imunidade dos templos.....	277
2.8.2.2	Imunidade dos templos e maçonaria	278
2.8.3	Imunidade (patrimônio, renda ou serviços) dos partidos políticos (incluindo suas fundações), entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.....	279
2.8.3.1	Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos – Os “requisitos da lei”	280
2.8.3.2	Imunidade, quanto ao ICMS, da venda de mercadorias pelas instituições mencionadas no art. 150, VI, “c”, da Constituição. A questão da repercussão do ônus tributário	281
2.8.3.3	Imóveis das instituições do art. 150, VI, “c”, da Constituição alugados a terceiros. Súmula nº 724 do STF	282
2.8.3.4	Imunidade de entidades fechadas de previdência privada. Súmula nº 730 do STF	282
2.8.4	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão	283
2.8.4.1	Súmula nº 657 – Os insumos das editoras e empresas jornalísticas e a imunidade dos livros, jornais e periódicos.....	285
2.8.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais brasileiros	287
2.8.6	Imunidade do art. 195, §7º, da Constituição	287
2.8.7	Outras imunidades	289
2.9	A norma do art. 150, §5º, da Constituição e a exigência de medidas de esclarecimento dos contribuintes sobre a imposição indireta	291
2.10	A norma do art. 150, §7º, da Constituição e a substituição tributária progressiva	292
2.10.1	O controverso e ainda indefinido problema da “imediate e preferencial restituição da quantia paga” no mecanismo da substituição tributária progressiva.....	293
2.11	Vedações à União previstas no art. 151 da Constituição	295
2.11.1	Proibição das isenções heterônomas e o caso dos tratados internacionais.....	296
2.12	Vedação aos entes estaduais e locais de discriminação tributária em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	298

TÍTULO III

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

CAPÍTULO 1

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	305
1.1 Fontes formais do direito tributário	305
1.2 Regulamentação da reserva de lei em matéria tributária – Art. 97 do CTN.....	307
1.3 O art. 98 do CTN e os tratados internacionais para evitar a dupla tributação da renda e do capital.....	309

1.3.1	Noções introdutórias sobre o direito dos tratados.....	309
1.3.2	Os tratados internacionais e sua relação com o direito interno – Jurisprudência tradicional do STF e sua recente alteração	311
1.3.3	A recente mudança jurisprudencial no que diz respeito ao <i>status</i> hierárquico dos tratados sobre direitos humanos	313
1.3.4	O artigo 98 do Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF.....	315
1.4	Normas complementares e proteção da confiança do contribuinte	316
1.5	Vigência e aplicação da legislação tributária	317
1.5.1	Aplicação <i>imediate</i> da legislação a fatos geradores <i>futuros</i> e <i>pendentes</i> – A regra do art. 105 do CTN e suas possíveis compreensões	318
1.5.2	Aplicação retroativa da lei sancionadora mais benigna (art. 106, II, do CTN)	319
1.5.3	Aplicação retroativa de <i>lei expressamente interpretativa</i> (art. 106, I, do CTN) e o caso da LC nº 118/2005	320
1.6	Interpretação e integração do direito e da legislação tributária.....	324
1.6.1	Em que consiste o ato de interpretar e aplicar o direito?	324
1.6.2	O direito tributário deve ser interpretado como qualquer outro ramo do direito?	327
1.6.3	Análise das normas do CTN sobre interpretação e integração do direito tributário – Arts. 108 a 112	328

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA.....	339	
2.1	Obrigação tributária.....	339
2.2	Fato gerador da obrigação tributária.....	340
2.2.1	Modalidades de fato gerador	340
2.2.2	Dissimulação da ocorrência do fato gerador – A norma do art. 116, parágrafo único, do CTN e o combate aos planejamentos tributários abusivos no direito brasileiro.....	341
2.2.2.1	Os conceitos de elisão, evasão e elusão tributária	341
2.2.2.2	Elusão tributária, normas gerais, fraude à lei e abuso do direito	343
2.2.2.3	Breve síntese sobre a evolução histórica do combate à elusão tributária no Brasil – Do Anteprojeto de Código Tributário Nacional à LC nº 104/2001	344
2.2.2.4	O conceito amplo e causalista de simulação como a efetiva norma geral antielusão em vigor no ordenamento brasileiro.....	348
2.2.2.5	Conclusão	350
2.2.3	Fato gerador da obrigação tributária e atos ilícitos.....	350
2.3	Sujeição ativa.....	351
2.4	Sujeição passiva – Contribuinte e responsável	352
2.4.1	Sujeição passiva direta.....	353
2.4.1.1	Contribuinte	353
2.4.1.2	Responsável por substituição	354
2.4.2	Sujeição passiva indireta	355
2.4.2.1	Responsabilidade dos sucessores	356
2.4.2.2	Responsabilidade de terceiros.....	357
2.4.2.3	O artigo 135 do Código Tributário Nacional e sua interpretação/aplicação pelo Superior Tribunal de Justiça.....	358
2.4.3	Convenções particulares e sujeição passiva	362
2.5	Solidariedade	362
2.6	Responsabilidade por infração.....	363
2.6.1	Exclusão da responsabilidade – Denúncia espontânea e seus efeitos.....	365

CAPÍTULO 3

CRÉDITO TRIBUTÁRIO	369
3.1 Constituição do crédito tributário – A figura do lançamento	370
3.1.1 Antecipação do pagamento e lançamento por homologação	372
3.1.2 Formalização do crédito tributário pelo próprio contribuinte	373
3.1.3 Outros aspectos do lançamento	373
3.1.4 Revisão/alteração do lançamento	374
3.1.4.1 Alteração do critério jurídico do lançamento	375
3.2 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	376
3.2.1 Moratória	377
3.2.2 Depósito do montante integral	378
3.2.3 Reclamações e recursos administrativos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo	379
3.2.4 Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em ações judiciais	380
3.2.5 Parcelamento	380
3.3 Extinção do crédito tributário	382
3.3.1 Pagamento	382
3.3.1.1 Consignação em pagamento	385
3.3.1.2 Pagamento indevido e a sua restituição	386
3.3.1.2.1 Restituição de tributos indiretos	388
3.3.1.2.2 Prazo para pleitear a devolução do indébito	388
3.3.2 Compensação	390
3.3.3 Transação	393
3.3.4 Remissão	394
3.3.5 Decadência e prescrição	394
3.3.6 Outras hipóteses de extinção do crédito tributário	398
3.4 Exclusão do crédito tributário	399
3.4.1 Isenção	399
3.4.2 Anistia	404
3.5 Garantias do crédito tributário	405
3.5.1 Preeminências	406
3.5.2 Criação de garantias específicas	408

CAPÍTULO 4

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	409
4.1 Fiscalização	409
4.2 Dívida ativa	412
4.3 Certidões negativas	412
REFERÊNCIAS	415